

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 25/07/2014 - Edição 1087

Lei municipal amplia medidas de segurança nos bancos em Cruz Alta



Bancários se reuniram com prefeito para discutir implantação das medidas
Crédito: Seeb Cruz Alta

Em 21 de julho, o Sindicato dos Bancários de Cruz Alta (RS) se reuniu na última segunda-feira, dia 21, com o prefeito Juliano da Silva e com gestores de bancos para discutir a regulamentação da lei municipal nº

2338/2013.

A nova legislação define a colocação de câmeras de vídeo para monitoramento das agências e escudos para vigilantes. Durante a reunião foi estabelecido um prazo

de 60 dias para a colocação dos dispositivos, sendo que as instituições que descumprirem a determinação serão submetidas à multa diária. A nova lei abrange ainda as unidades das Cooperativas Sicredi e Unicred.

Haverá uma nova reunião em breve para definição do prazo para implantação dos biombos, que tem como objetivo reduzir os assaltos a clientes na saída dos bancos. Essa legislação obriga os estabelecimentos bancários a instalarem barreiras em frente aos caixas de atendimento, que impossibilitem que a operação realizada pelo cliente seja visualizada por outras pessoas.

Fonte: Fetrafi-RS com Seeb Cruz Alta

Sindicato protesta em estação de tratamento de água de Bertioga (SP)



Cerca de 20 funcionários participaram da ação

O Sindicato dos Urbanitários (Sintius) realizou manifestação no início da manhã desta quarta-feira para protestar contra a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) pela possível insegurança dos trabalhadores que atuam nas estações de tratamento de

água (ETAs) e de esgoto (ETEs) na Baixada Santista. O ato ocorreu na ETA Indaiá, em Bertioga, que fica na Avenida Waldemar da Costa Filho.

Apesar do protesto - que contou com a presença de aproximadamente 60 pessoas entre funcionários, associados ao sindicato e populares

- ter acabado por volta das 9 horas, a categoria manteve, até o início da tarde, a paralisação da ETA Indaiá. “Foi realizada a retirada do funcionário e o equipamento só voltará a ter supervisão no período da tarde, quando há troca de turno. Isso é pra mostrar que, sem o trabalhador, a ETA fica abandonada”, afirma o diretor de comunicação do Sintius, Jorge Arrivabene.

O motivo do protesto, segundo informações do sindicato, é o fato de a empresa ter retirado os porteiros e os vigilantes dessas unidades. “Desde maio o local está sem vigilância, isso propicia o aumento do número de furtos e a sensação de insegurança dos funcionários. A estação trabalha 24 horas por dia e o (funcionário do) turno da noite, principalmente que vai até às 7 horas, fica sozinho. A sensação de insegurança é constante”, diz Arrivabene.

Populares entraram na ETA que fica em Bertioga

Ainda segundo o diretor de comunicação, a falta de segurança foi demonstrada durante o protesto, quando alguns populares que acompanhavam a manifestação adentraram na estação, onde ficaram por cerca de uma hora. “É importante a presença dos vigilantes também para que os técnicos possam se dedicar exclusivamente às suas tarefas”.

De acordo com o presidente do Sintius, Marquito Duarte, a falta dos vigilantes, principalmente no período noturno, pode ocasionar um “aumento de casos que já ocorreram nas estações anteriormente, como a entrada de indivíduos armados, agressão física aos técnicos, ameaça aos funcionários e furto de materiais”

Pode pedir interdição

Se uma solução não for encontrada nos próximos dias, o Sintius não descarta a hipótese de pedir a interdição desses locais, com base

na Constituição do Estado. “O artigo 229 da legislação máxima paulista destaca que compete à autoridade estadual, de ofício ou mediante denúncia de risco à saúde, proceder à avaliação das fontes de risco no ambiente de trabalho, e determinar a adoção das devidas providências para que cessem os motivos que lhe deram causa”, diz Arrivabene.

Na próxima terça-feira, o sindicato

se reúne com o diretor de Sistemas Regionais, Luiz Paulo de Almeida Neto, para conversar sobre as reivindicações da categoria.

Resposta

Em nota, a Sabesp informa que tratará do assunto diretamente com o Sindicato dos Urbanitários (Sintius).

Fonte: A Tribuna

Julgamento de terceirização pelo STF causa expectativa no sindicalismo



Manifestação de trabalhadores contra o projeto que libera abusos

A polêmica sobre a análise, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de ações relacionadas à terceirização mobiliza as atenções do movimento sindical.

É a primeira vez que ações de terceirizações serão analisadas no STF e o setor empresarial joga pesado em prol da terceirização indiscriminada, que terá como consequência a precarização do trabalho.

Antônio Augusto de Queiroz, diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, (DIAP), afirma: “Terceirização é matéria para a Justiça do Trabalho”. E diz mais: “Como no Congresso não prosperou a tese do setor empresarial, eles partiram para o Supremo”.

Inadequado - O advogado José Carlos Arouca, assessor sindical e ex-juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (São Paulo),

não considera o STF o foro adequado para decisões sobre o tema. “Isso é assunto para o Legislativo. O que o STF poderia fazer é determinar aos parlamentares a aceleração de um processo para construir uma lei definitiva, e que não lese o trabalhador”, sugere.

O secretário-geral da CUT, Sérgio Nobre, concorda. Ele declarou ao jornal Valor Econômico, que “não é papel do judiciário intervir nessa questão”. Para o sindicalista, a discussão sobre a terceirização deveria passar por negociações entre trabalhadores, empresas e Sindicatos.

Salários menores - Dossiê produzido por CUT e Dieese em setembro de 2011, com o título “Terceirização e Desenvolvimento. Uma conta que não fecha”, mostra: o que estimula 98% das empresas a contratar mão de obra terceirizada é o custo mais baixo. Os salários dos trabalhadores terceirizados são, em média, 27,1% menores em comparação com os contratados diretos.

Tramitam no STF dois processos: um da empresa de celulose Cenibra (condenada a pagar R\$ 2 milhões por terceirizações abusivas) e outro sobre terceirização de call centers de empresas de telecomunicações.

Fonte: Agência Sindical

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Beine

Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br

email: cntv@terra.com.br

Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF